ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES

CNPJ/MF: 13.702.238/0001-00

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 013/2022

Quinta-feira, 31 de março de 2022

IMPUGNANTE: STAR GAMES INFORMÁTICA, CNPJ nº 08.267.948/0001-10 **OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática para suprir as necessidades das secretarias do município de Barra do Mendes – BA.

RESPOSTA AO RECURSO DE INVALIDAÇÃO DO CERTAME

I - PRELIMINARMENTE:

1 - DA TEMPESTIVIDADE E DA LEGITIMIDADE:

O Recurso foi interposto de forma intempestiva, haja vista que a legislação determina que este deverá ser protocolado em até 03 (três) dias após a realização do certame.

Assim, o presente recurso foi interposto no dia 31/03/22 ou seja, 09 dias após o certame (22/03/22).

Além disso, a intenção de interpor recurso deverá ser feita de forma oral, no momento do certame e registrado em ata, o que não ocorreu, conforme art. 4º da lei 10.520/02. Vejamos:

Art. 4° A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar







ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES

CNPJ/MF: 13.702.238/0001-00

contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XX - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor:

Ainda, cumpre mencionar, que a empresa STAR GAMES INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ nº 08.267.948/0001-10, que apresentou a manifestação, é parte ilegítima, visto que sequer participou do certame e muito menos manifestou naquele momento a intenção de interpor recurso, sendo que a legislação supramencionada deixa claro que o licitante é que deverá manifestar e, posteriormente, interpor o recurso no momento oportuno, ou seja, só pode entrar com recurso a empresa que ficou prejudicada ou que participou da licitação, o que não foi o caso.

II. DAS RAZÕES E PEDIDOS DO RECURSO:

- 1- A empresa STAR GAMES INFORMÁTICA interpôs RECURSO DE INVALIDAÇÃO DO CERTAME por, segundo a mesma, o certame realizado no dia 22/03/2022 contrariar alguns princípios administrativos e constitucionais.
- 2- A referida empresa alega que não houve retorno por parte da Comissão de Licitação e/ou pregoeiro sobre a Impugnação ao Edital do Pregão presencial 013/22, protocolada de forma tempestiva e presencial no Setor de Licitações deste Município.



PREGÃO PRESENCIAL



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES

CNPJ/MF: 13.702.238/0001-00

- 3- Ainda, a empresa requer a suspensão do funcionário EDÉSIO MICAEL SZERVINSKS MENDONÇA (Pregoeiro) por, segundo ela, não enquadrar no que determina a legislação.
- 4 Por fim, requer que o presente recurso administrativo seja julgado de forma procedente, com base nas razoes apresentadas, a fim de que o certame seja invalidado, que as adequações necessárias sejam feitas e que seja marcada nova data para o certame.

IV - DA ANÁLISE DAS RAZÕES:

Após análise minuciosa do Recurso interposto, passo a ter o seguinte entendimento, respeitando sobretudo a legislação vigente e demais das normas aplicáveis:

De logo, cumpre mencionar que é INFUNDADA a alegação feita às fls. 05 e demais, de que a empresa STAR GAMES INFORMÁTICA teve seu recurso ignorado por parte da Comissão de Licitação, visto que HOUVE RESPOSTA na Impugnação ao Edital, sobretudo em tempo hábil e com a devida publicidade, conforme consta no portal da transparência.

No que se refere à suspensão do funcionário EDÉSIO MICAEL SZERVINSKS MENDONÇA (Pregoeiro), está também não merece prosperar, conforme aduzido a seguir.

Foi explanado pela empresa supramencionada que para ser pregoeiro faz se necessário que seja servidor público do órgão ou entidade promotora da licitação (artigo 3°, inciso IV, Lei 10.520/2002).





PREGÃO PRESENCIAL



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES

CNPJ/MF: 13.702.238/0001-00

A Lei de Licitações, ao definir o conceito de servidor público para os fins de sua respectiva aplicação, considera aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público (artigo 84).

É nítido, portanto, que a expressão "servidor público" é adotada em sentido amplo. Seguindo essa linha de intelecção, admitese que a escolha recaia inclusive sobre servidores ocupantes de cargo em comissão.

Entretanto, o Tribunal de Contas da União, por sua vez, admite excepcionalmente, que o pregoeiro seja terceiro estranho à Administração, na hipótese de inexistir servidor qualificado para atuar na função (Acórdão nº 2166/2014-Plenário, TC 011.468/2014-9, relator Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 28.8.2014).

Como segunda característica relevante para o exercício do cargo de pregoeiro, o Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para o pregão, estatui que somente poderá atuar na função o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição (artigo 7°, § único).

Isso significa que o agente que pretenda exercer a função de pregoeiro precisa, antes disso, frequentar alguma espécie de curso sobre o assunto, o que ocorreu, conforme documentação acostada nos autos do próprio processo administrativo.

Além do mais, como houve resposta à Impugnação do Edital protocolado por esta mesma empresa, não há que se falar em responsabilização e, muito menos, suspensão de funcionário.







ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES

CNPJ/MF: 13.702.238/0001-00

VI - DA DECISÃO:

Por todo o exposto, após minuciosa análise dos pontos aduzidos pela Impugnante, esta Assessoria jurídica, com base na melhor doutrina e nos dispositivos das Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93, resolve RECEBER o presente Recurso para no mérito, julgar IMPROCEDENTE o pedido de suspensão do funcionário, bem como julgar IMPROCEDENTE o pedido de invalidação do certame.

É o parecer. S.M.J.

Barra do Mendes - BA, em 31 de março de 2022.

LARISSA SODRÉ E MIRANDA Assessora jurídica - OAB/BA 58.259



